

População envelhecida piora futuro da Previdência



Fachada do prédio da Previdência Social, em Brasília. A imagem mostra a fachada do prédio da Previdência Social em Brasília, com o nome 'PREVIDÊNCIA SOCIAL' visível no topo.

Envelhecimento e salário mínimo pioram cenário futuro do INSS

Alta das despesas eleva desafio de como financiar o déficit; iniciativas do Congresso fragilizam arrecadação

Idina Tomazelli

BRASÍLIA. O envelhecimento da população e a política de valorização permanente do salário mínimo devem tornar o cenário futuro da Previdência Social mais desafiador nos próximos anos, embora as projeções do governo (IP) indiquem uma trajetória mais benevolente a curto prazo.

As estimativas mais recentes do Poder Executivo mostram que nos próximos anos as despesas com a previdência social crescerão mais rapidamente do que as receitas, o que pode levar a um déficit crescente.

Os dados estão apresentados no relatório elaborado pelo Instituto de Estudos de Políticas Sociais (IEPS) do Senado Federal, em Brasília, e divulgado nesta quarta-feira.

Um dos motivos são as projeções do INSS, com o aumento da população em idade ativa e a redução da população em idade ativa.

A médio prazo, por sua vez, a despesa com o INSS tende a crescer mais rapidamente do que as receitas, o que pode levar a um déficit crescente.

No primeiro bimestre, foram concedidos 906,2 milhões de benefícios, um salto de 8,2% do PIB.

O cenário não chega a anular os ganhos da reforma da Previdência aprovada em 2019, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), mas o custo do INSS (Instituto Nacional de Seguros Sociais) ultrapassará os 2% do PIB em 2026.

No entanto, decisões políticas do atual governo preocupam especialistas pelo risco de profundizar os desequilíbrios no futuro.

De um lado, o Executivo incorporou as estimativas oficiais, cenários de economia de despesas com revisão de benefícios e digitalização de processos.

Nos próximos quatro anos, a expectativa é pagar R\$ 28,6 bilhões, mas os números são vistos com ceticismo.

De outro, o governo persiste em aumentar o custo real de valorização do salário mínimo, com aumento real do PIB de dois anos antes.

Cerca de dois terços dos benefícios da Previdência equivalem a um salário mínimo (hoje em R\$ 1.412). Isso faz com que cada real adicional no piso tenha um custo extra de R\$ 20,8 milhões para o Estado.

Na avaliação de apátridas do governo petista, a ampliação dos benefícios do INSS é uma ferramenta potente para impulsionar o consumo e a economia como um todo.

Especialistas fazem ressalvas e avaliam que as despesas não só estão subestimadas

das mas seu ritmo de crescimento pode gerar problemas no futuro.

Os economistas Marcos Mendes, colunista da Folha, e Rogério Nagamine, ex-secretário do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), calculam que o custo efetivo do INSS será de 8,2% do PIB em 2024.

Em 2028, a diferença chegaria a R\$ 32 bilhões. Os dados constam em relatório elaborado para o IPEA.

Um dos motivos são as projeções do INSS, com o aumento da população em idade ativa e a redução da população em idade ativa.

A médio prazo, por sua vez, a despesa com o INSS tende a crescer mais rapidamente do que as receitas, o que pode levar a um déficit crescente.

No primeiro bimestre, foram concedidos 906,2 milhões de benefícios, um salto de 8,2% do PIB.

O cenário não chega a anular os ganhos da reforma da Previdência aprovada em 2019, durante o governo Jair Bolsonaro (PL), mas o custo do INSS (Instituto Nacional de Seguros Sociais) ultrapassará os 2% do PIB em 2026.

No entanto, decisões políticas do atual governo preocupam especialistas pelo risco de profundizar os desequilíbrios no futuro.

De um lado, o Executivo incorporou as estimativas oficiais, cenários de economia de despesas com revisão de benefícios e digitalização de processos.

Nos próximos quatro anos, a expectativa é pagar R\$ 28,6 bilhões, mas os números são vistos com ceticismo.

De outro, o governo persiste em aumentar o custo real de valorização do salário mínimo, com aumento real do PIB de dois anos antes.

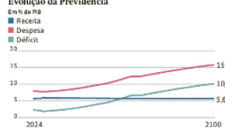
Cerca de dois terços dos benefícios da Previdência equivalem a um salário mínimo (hoje em R\$ 1.412). Isso faz com que cada real adicional no piso tenha um custo extra de R\$ 20,8 milhões para o Estado.

Na avaliação de apátridas do governo petista, a ampliação dos benefícios do INSS é uma ferramenta potente para impulsionar o consumo e a economia como um todo.

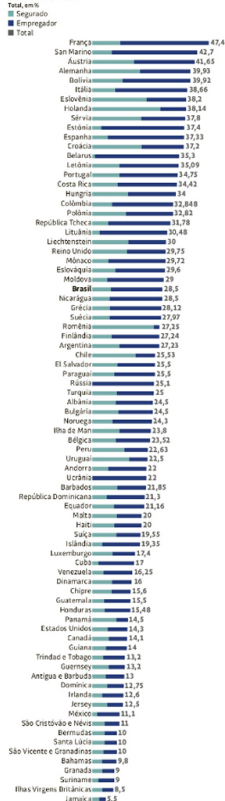
Especialistas fazem ressalvas e avaliam que as despesas não só estão subestimadas

Cenário da Previdência

Evolução da Previdência



Alíquotas por país



Quantidade de países por faixa de contribuição*

Tabela com 4 colunas: Faixa, Europa, América, Total de países. Linhas: Menor que 10%, De 10% a 20,99%, De 20% a 29,99%, 40% ou mais.

Média das alíquotas de contribuição



é necessário tomar cuidado para que não se comprometa a estratégia de ajuste fiscal.

No entanto, não há hoje nenhuma discussão sobre desvincular as aposentadorias do salário mínimo no país.

A expansão das despesas com Previdência Social gera também um desafio pelo lado das receitas, já que é necessário manter uma fonte viável para financiar o déficit.

Neste ano, o rombo do INSS deve alcançar R\$ 28,6 bilhões (equivalente a 2,9% do PIB). A previsão do governo é que o déficit chegue a 1,8% do PIB até 2028, algo também visto como improvável pelos especialistas.

Até 2026, porém, o rombo pode alcançar 2,6% do PIB.

O Congresso Nacional tem aprovado iniciativas que reduzem receitas da Previdência, como a desconexão dos municípios e de empresas de 12 setores — entre os quais o de comunicação, no qual se incluem o Grupo Folha, empresa que edita a Folha. O benefício está suspenso por limitar o Supremo.

Há ainda uma pressão mais ampla para que o governo reveja a tributação sobre a folha de pagamento, sob o argumento de que o encargo alia negativamente a criação de empregos no Brasil.

Sobre esse ponto, um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) mostra que, em 81 países da Europa e América, a contribuição sobre a folha de pagamento é a principal fonte de financiamento da Previdência.

Além disso, quanto maior a despesa com benefícios, maior a alíquota paga por trabalhadores e empregadores.

A cobrança fica em 24,09% na média dos países. Já consideramos duas parcelas (patronal e do segurado).

O Brasil está nesse patamar, com uma alíquota total de pelo menos 38,5% (24% do empregador e ao menos 14,5% do trabalhador, percentual que aumenta conforme a faixa salarial).

Não dá para ficar, de um lado, reduzindo a contribuição sobre a folha e, de outro, aumentando as despesas resistindo à redução da despesa, alerta Nagamine, um dos autores do estudo, junto com Mário Magalhães, especialista em finanças públicas.

Defensores da redução dos encargos sobre a folha de pagamento argumentam que o tributo cobra a maior geração de empregos — e se, semelhante à defendida pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

Nagamine contesta e diz que a informalidade elevada no Brasil não é resultado direto e exclusivo de uma alíquota alta de contribuição sobre a folha, mas também da baixa qualificação e escolaridade de parte dos trabalhadores.

Quando altera a alíquota sobre a folha, isso pode afetar também o salário e o lucro das empresas, tem que ter clareza de que não afeta só o emprego formal, diz o pesquisador.

Ele destaca que uma das preocupações em relação ao equilíbrio da Previdência no futuro reside no MEI (microempreendedor individual).

A modalidade já representa 12% dos contribuintes da Previdência no país, que tem direito a uma aposentadoria de um salário mínimo. Suas contribuições, porém, respondem por apenas 1% da arrecadação do regime geral.

A avaliação de Nagamine é que o regime tributário simplificado cobra grande demais e fragiliza a base de arrecadação do INSS.

O Congresso tem projetos que só ampliam o MEI, seja no faturamento, seja nas ocupações (habilidades). Tem um projeto que deixa qualquer ocupação, exceto de alto risco. Ele precisa ser reestruturado e ser algum critério, alguma forma de restringir para trabalhadores que realmente sejam de baixa renda, alerta.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal/Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Pagina: 1